

EM DEFESA DOS DIÁLOGOS ENTRE GERAÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

Isabel Georgina Patronis Dominguez¹

Resumo

A pesquisa em Educação Ambiental tratou das relações entre pessoas de diferentes idades em um processo coeducativo para a construção de sociedades sustentáveis, a partir da convicção de que a intergeracionalidade pode trazer qualidade aos diálogos e potencializar as ações transformadoras, contribuindo para formar novas comunidades de aprendentes que reflitam uma nova humanidade e outro mundo possível. Nesse sentido, procura auxiliar, também, à compreensão de elementos facilitadores ou que dificultam essas relações, oferecendo contribuições às práticas educativas socioambientais, principalmente no ensino fundamental e médio, e para a EA popular, ao procurar subsidiar essas práticas e quem sabe animar novos encontros e processos dialógicos entre gerações, dentro e fora das escolas, sobre e para a sustentabilidade. Além de, porventura, fornecer elementos que se desdobrem em novas pesquisas acadêmicas afins, levando-se em conta a necessidade de conhecer mais a respeito da intergeracionalidade, e ainda mais se o recorte for para a Sustentabilidade.

Palavras-chave: Diálogo. Intergeracionalidade. Educação Ambiental. Comunidade aprendente. Sustentabilidade.

IN DEFENSE OF A BETTER DIALOGUE BETWEEN GENERATIONS TO FORM SUSTAINABLE SOCIETIES

Abstract

Research in Environmental Education addresses the relations between people of different age groups in a coeducative process towards sustainable societies based on the conviction that these relations could bring quality to dialogues in a sense that it helps to form new communities of learners who reflect a new mankind and a new world. This might also help towards an understanding concerning elements that facilitate and hamper the relations between generations, offering contributions to environmental educational practices, especially in primary and secondary education, and the popular environmental education, to seek support for these practices and animate new meetings and dialogic processes over sustainability between generations, in and outside of schools. In addition to possibly provide elements that somehow unfold in new related academic research - multidisciplinary and interdisciplinary - taking into account the need to know more about the intergenerational relations, and even more if the cut is for Sustainability.

Keywords: Dialogue. Intergenerationality. Environmental Education. Learning communities. Sustainability.

EN DEFENSA DEL DIÁLOGO ENTRE GENERACIONES POR LA SOSTENIBILIDAD

Resumen

La investigación en Educación Ambiental aborda las relaciones entre personas de diferentes edades en un proceso co-educativo para la construcción de sociedades sostenibles, desde la

¹ Pedagoga, com Especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos pela USP – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, SP, Brasil (CRHEA/USP).

convicção de que a intergeracionalidade pode aportar qualidade ao diálogo e fortalecer as ações transformadoras, contribuindo a formar novas comunidades de aprendizes, refletindo uma nova humanidade e, talvez, outro mundo possível. Neste sentido, se dirige a ajudar também a compreensão dos fatores que facilitam ou dificultam estas relações, proporcionando contribuições às práticas de educação ambiental, especialmente na educação primária e secundária, e a EA popular, a buscar o apoio de estas práticas e, quem sabe, fomentar novos encontros e os processos dialógicos entre gerações, dentro e fora das escolas, centrados na sustentabilidade. Além disso, proporcionar os elementos que se desdobram em novas investigações acadêmicas conexas, tendo em conta a necessidade de saber mais acerca da relação entre gerações, e ainda mais se o corte é para a sustentabilidade.

Palabras-clave: Diálogo. Intergeneracionalidade. Educação ambiental. Comunidade de aprendizes. Sustentabilidade.

1 - Primeiras palavras

Este trabalho de pesquisa foi apresentado para o curso de Especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos, pela USP – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, SP, Brasil (CRHEA/USP), orientado pela Prof. Dra. Haydée Torres de Oliveira e pelo Prof. Dr. Amadeu Logarezzi, ambos da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, em 2013. Seu propósito maior é o de contribuir para os estudos que visem qualificar as práticas educativas ambientais, principalmente no ensino fundamental e médio, e para a educação ambiental (EA) popular, ao procurar subsidiar essas práticas e animar novos encontros e processos dialógicos entre gerações, dentro e fora das escolas, sobre e para a sustentabilidade. Além de fornecer elementos que, de alguma forma, se desdobrem em novas pesquisas acadêmicas, levando-se em conta a relevância temática e a falta de produção acadêmica em matéria de intergeracionalidade, ainda mais se o recorte for para a sustentabilidade.

A investigação reuniu, num espectro entre 8 e 70 anos de idade, pessoas de duas equipes multidisciplinares da Unidade de Saúde da Família (USF) localizada no jardim Jockey Clube, em São Carlos – SP, gente moradora do bairro local, um pequeno grupo de alunas de Graduação em Gerontologia e alunas do programa de residência multiprofissional desenvolvido naquela USF, ambos da UFSCar, além de uma orientadora e um orientador. As interações educativas foram realizadas na USF Jockey Clube, em sua maioria.

O percurso ao longo da pesquisa acolheu a diferença de idades em defesa da importância da coeducação entre as gerações para sociedades mais sustentáveis, cujo processo esteve ancorado nos anseios por outro mundo provável, resultante de conquistas coletivas e de justiça socioambiental, asseguradas, fundamentalmente, por mecanismos democráticos participativos e de controle social.

2 - As inquietudes e os pressupostos da Pesquisa. Sobraram inquietações...

Inicialmente, foi difícil colocar no papel os objetivos da pesquisa para a ideia geral desses diálogos, e somente a caminhada com a práxis facilitou entender algo a respeito da complexidade existente nas três expressões: diálogos, intergeracionalidade e sustentabilidade. Depois, essas expressões foram adequadas em dois grandes eixos ou Pressupostos da Pesquisa: (1) os diálogos e a intergeracionalidade para uma nova humanidade possível; e (2) a sustentabilidade para outro mundo provável.

Mas, se no início faltavam elementos para escrever os objetivos que se queria, por outro lado sobravam e continuaram sobrando perguntas a serem exploradas em outros estudos. Por exemplo, por que será que os encontros entre gerações, enquanto campos férteis de experiências de aprendizagem, tão bem afirmados pelo autor J. Ferrigno (2003), não acontecem com mais frequência dentro da própria escola? Afinal, ali circulam, regularmente, pessoas de muitas idades – docentes e alunas/os, a equipe administrativa, os familiares que levam e trazem suas crianças ou vão para as reuniões de pais ou, ainda, para os inúmeros eventos, entre os familiares, inclusive avós e bisavós.

A partir da bibliografia pesquisada, é possível afirmar que tanto a relação dialógica é potencialmente educativa, quanto é possível a coeducação entre gerações. Então, quais são as condições necessárias e quais seriam as determinantes para que o diálogo intergeracional aconteça de fato? Quais são as dificuldades? Que variáveis em matéria de intergeracionalidade podem comprometer o diálogo?

É certo que a convivência humana é resultante e implica coexistência, mas o contrário não necessariamente. Convivência quer dizer algo mais que coexistência. No entanto, a coexistência já seria suficiente para um processo dialógico coeducativo ou haveria elementos condicionantes?

É possível desconstruir a ideia de que a educação ambiental deva ser feita prioritariamente com as crianças, para poder contemplar as demais gerações no processo educativo? Não seriam os próprios diálogos intergeracionais os desmistificadores dessa pobre ideia, mas infelizmente arraigada inclusive na cabeça de muitas/os professoras/es?

Creio que seja necessário um investimento na qualidade das interações humanas, como potencial transformador para viabilizar a utopia de uma nova humanidade (e de um novo mundo). Desse modo, será que as percepções, os interesses e as opiniões sobre o meio ambiente de cada geração variam muito? Por exemplo, o que será que cada uma delas entende por ambiente saudável, qualidade de vida e sustentabilidade? Os compromissos assumidos de forma intergeracional podem ter maiores chances de serem cumpridos? O que, afinal, uma geração pode aprender com a outra? Os diálogos intergeracionais poderiam potencializar esse processo e contribuir para o fortalecimento dos múltiplos sentidos e significados dos ambientes, bem como do sentimento de pertencimento para o cuidado local?

Apostar na qualidade das interações entre gerações implicaria caminhar no ambiente de uma EA popular, crítica, dialógica, emancipatória (ou libertária), com maior possibilidade de resistência a toda e qualquer forma de opressão, para que as ideias de uma nova humanidade e um novo mundo consigam prosperar. Na opinião de Paulo Freire (2002, p.47), é “a resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo”. Ele assegura que:

[...] não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos (...) a rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de superação, no fundo, o nosso sonho (FREIRE, 2002, p.47).

Esse amplo sentido freiriano de resistência e de rebeldia revolucionária ou anunciadora para a transição social só nos mostra o fértil horizonte de caminhos (e obstáculos) pela frente, num longo desafio para que essa nova humanidade seja possível. Por exemplo, para o exercício cotidiano (consciente ou não) do comportamento *não penso, logo consumo*, pode-se começar com gestos simples de contraponto aos apelos midiáticos, dizendo *redondos não*s a todo e qualquer momento em que essa pobre filosofia de vida vier bater à nossa porta como sinônimo de felicidade, porque, afinal de contas, a gente pensa! E mesmo sendo bastante

difícil a tarefa de ser vigilante consigo própria/o², porque esses momentos têm sido cada vez mais frequentes, muito assustadoramente por meio do *marketing* de consumo, que transforma o ato contemporâneo de comprar em um verdadeiro *culto*.

E, melhor ainda, se envolver com iniciativas que privilegiem o coletivo, em exemplos de vivência cidadã, democrática, participativa, que podem ser educativas, prazerosas e transformadoras. Para Brandão (2005, p. 90), o trabalho pode ser ainda mais fecundo quando, em uma comunidade aprendente, por exemplo, “todos têm algo a ouvir e algo a dizer. Algo a aprender e algo a ensinar. Lugares de trocas e de reciprocidades de saberes, mas também de vidas e de afetos”.

3 - Os diálogos entre gerações como potência de ação a ser (re)descoberta

É certo afirmar que os diálogos entre gerações se tornam um largo espectro de possibilidades com os saberes freirianos e as potencialidades de coeducação entre pessoas de todas as idades, de Ferrigno (2003); ao mesmo tempo, um desafio para compreender seus meandros, já que é difícil entender o diálogo mesmo – na perspectiva freiriana, independentemente se intra ou entre gerações. O diálogo, enquanto processo, pode ficar reduzido a quase nada, quando são utilizadas expressões que só reforçam seu empobrecimento, tais como *bate-papo* ou *conversa* (como sinônimos).

Os saberes freirianos nos desafiam a olhar para as coisas de um modo diferente, implica a dinâmica de olhar para o todo, para as partes, para o todo e para as partes novamente, e assim por diante, dialeticamente. Ou seja, com a presença do contraditório sempre, quer seja buscando uma conciliação e/ou o surgimento de novas ideias.

Nesse sentido, durante o trajeto participativo e investigativo, foram necessárias algumas pequenas viagens, tanto no campo filosófico como no campo sociológico, para entender um pouco a respeito das subjetividades e das intersubjetividades implícitas, necessariamente, em toda relação humana (ou relação intersubjetiva), condicionantes das potencialidades e que implicam qualidade (ou não) nos diálogos. Indiscutivelmente, nossas subjetividades afetam nossas relações e a qualidade das mesmas.

A socióloga Dulce Whitaker (2007, p.51) faz um triste alerta para o fato de que a velhice “corre o risco de se transformar em estorvo”, em países cujas culturas supervalorizam a juventude, como é o caso também do Brasil. Muito simpaticamente, ela fala sobre a perda de poder do idoso a partir de sua própria experiência, já tendo ultrapassado os 70 anos. A meu ver, se expressa com uma combinação de humor sofisticado e inteligência cativante, de um jeito simples a respeito de assuntos para lá de complexos. Dá a entender que escreve como fala, com lucidez e clareza, leveza e sabedoria, e enfatizo essa combinação que deve resultar num jeito próprio de falar e de escrever porque não sei se isso seria possível na juventude ou mesmo antes do fim da idade adulta e o início da vida madura. Seria algo raro. Acho que para certos aspectos de nossa personalidade, as fronteiras marcadas pela idade cronológica devem ser realmente mais largas, e dependem de um arranjo imbricado da idade com características de nossas subjetividades, resultando o que se chama maturidade.

Essa autora contribui para desestigmatizar a velhice, afinal, porque não é verdade – e devemos concordar com a pesquisadora – que uma pessoa idosa queira ficar em casa pelo fato de ser idosa. São os espaços urbanos que não estão planejados para acolher a velhice. E ela aproveita para dar sugestões para melhorar as condições dos idosos nesses espaços, tirando os véus e dando as boas-vindas a esses novos atores sociais do século XXI.

² A opção por usar a chamada linguagem não sexista é da autora, coerente à proposta freiriana para o tema, o que não significa que a use exaustivamente ao longo do texto, para que a leitura não se torne cansativa.

Para o cenário de diálogos entre gerações como potência de ação a ser redescoberta, ainda é pertinente apresentar uma experiência pessoal, ocorrida entre 2005 e 2011, com a implementação da proposta dos Coletivos Educadores (CE), contida no Programa de Formação de Educadoras/es Ambientais (ProFEA) do Ministério do Meio Ambiente. Cujos resultados estão presentes na publicação dos três cadernos do CESCAR³ – CE de São Carlos, Araraquara e Jaboticabal, para os quais sou coorganizadora.

As experiências com o CE demonstram que a EA com o público jovem e adulto possui grande potencial quando se enfrentam ideias equivocadas, tais como: *jovens não têm interesse, adultos não possuem tempo ou idosos não aprendem mais*. Os resultados anunciam que viabilizar a utopia de outro mundo é possível, desde que se busquem espaços mais adequados e abordagens que sejam realmente significativas (OLIVEIRA, p. 107). Contudo, sobre o papel intergeracional, para mim ficou mais claro que a experiência dialógica intergeracional deve ir além da presença de público de diferentes idades em um dado projeto. E para o ProFEA – Proposta de Formação de Educadoras/es Ambientais Populares, talvez permaneça o desafio de fazer uma conexão explícita com o temário da intergeracionalidade, e evidenciar esse importante entrelaçamento, potencializando, mais e mais, as ações socioambientais propostas. Ainda que, para a *formação de coletivos* já esteja, por si, incluída a dimensão intergeracional. Nesse sentido, vale destacar que as presenças da infância, adolescência, geração adulta, meia idade e idosa em espaços coletivos fundamentados na coeducação podem fazer a diferença no diálogo se for possível incorporar esse aspecto, dando uma atenção mais adequada e pertinente nos momentos dialógicos (no aqui-agora). A ideia, então, seria a de destacar e aclarar a presença conjunta das diversas gerações, de modos respeitosos e criativos, mas, sobretudo, intencionalmente proativos, para agregar valor a esses *encontros*. Como, por exemplo, com dinâmicas que facilitem convidar os presentes a refletir e desmistificar preconceitos e chavões, para tentar superar comportamentos estigmatizados, e que, na verdade, são bastante frequentes em nossos cotidianos.

À luz da pesquisa, não seria errado afirmar que esses preconceitos estariam presentes em todas as gerações, muito lamentavelmente, embora na maioria das vezes de forma sutil ou despercebida. Logo, explicitar a importância da presença e das ações intergeracionais deve acrescentar elementos para ampliar o entendimento de expressões, como a de que *é preciso cuidar do meio ambiente para as presentes e futuras gerações*, podendo fazer mais sentido para quem participa ao promover, oxalá, uma aprendizagem significativa na *incorporação* da urgência e da necessidade da *textura intergeracional* nas redes de cuidado de nossa casa comum e planetária, a serem construídas ou fortalecidas.

4 - Sustentabilidade e/ou Desenvolvimento Sustentável... Porque pode e não pode ser a mesma coisa!

³ Mais informações sobre o Coletivo CESCAR podem ser encontradas no endereço eletrônico: < http://www.diagramaeditorial.com.br/cescar/noticias/arquivos/projeto_viabilizando_a_utopia.pdf >. Acesso em 11/12/2016.

Para o acesso aos cadernos do CESCAR. Caderno 1 - Os fundamentos e as políticas públicas de Educação Ambiental na constituição do Coletivo Educador de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Região. Caderno 2 – Metodologias e temas socioambientais na formação de educadoras(es) ambientais (2001– 2008). 3 – Sistematização das interações educativas das pessoas que aprendem participando (2007– 2008). Os mesmos estão respectivamente disponíveis em:

http://www.academia.edu/1849495/Cadernos_do_Cescar_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_Caderno_1_

http://www.academia.edu/1849486/Cadernos_do_Cescar_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_Caderno_2_

http://www.academia.edu/1849497/Cadernos_do_Cescar_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_Caderno_3_

Acesso em 11/12/ 2016.

Para o segundo eixo da pesquisa, a sustentabilidade para outro mundo provável, foi precisa uma diferenciação entre as expressões Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, com o intuito de ampliar a denúncia do modelo de crescimento econômico ilimitado com base na exploração humana, animal e ambiental, ao mesmo tempo em que se anunciavam alternativas no âmbito do conceito de sustentabilidade.

A perspectiva do Desenvolvimento Sustentável (DS) não é defendida no trabalho de pesquisa, porque, no limite, concordando com Moacir Gadotti (2012) e de certo modo radicalizando, tais propostas são distintas. Todavia, no meu modo de entendê-las na prática – num amplo contexto de transição (e período de duração dessa transição) para uma nova humanidade e outro mundo – serão necessários muitos *meios termos* em contraponto a essa radicalidade, sem dúvida alguma, para a sobrevivência humana numa jornada bastante difícil e complexa. E, sendo assim, só há um amplo espectro de possibilidades entre o capitalismo e outros modelos econômicos e sociais que precisa ser praticado como experimentos no âmbito de uma possível nova ordem planetária, decerto uma nova ordem social, incluindo obviamente sua dimensão *eco-nômica*. Pode-se encontrar muitos subsídios para esse intento na Carta Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, sobre o cuidado de nossa casa comum.

Na atualidade, é possível apontar a existência de inúmeras iniciativas muito interessantes dentro das propostas de economia solidária, do comércio justo ou do consumo colaborativo e mesmo da economia criativa, essa última mais recentemente, que se aproximam muito mais da sustentabilidade que do DS. Todavia, sem romantismos, deve demorar muito tempo para que uma postura franca a caminho de sociedades sustentáveis sobreviva às múltiplas posturas, algumas cruelmente disfarçadas de desenvolvimento sustentável.

Assim como é sabido que a educação não é neutra, também não há neutralidade nos conceitos sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. Em seus estudos, Gadotti (2012) aponta que os jogos de interesses políticos e, sobretudo econômicos, determinam o conjunto de saberes e fazeres do DS, distorcendo aspectos da realidade para manter sua hegemonia e influenciando as práticas que reproduzem esses jogos. Nesse sentido, os modos dessa reprodução poderiam ser desavisados ou ingênuos, mas nunca neutros! O autor revisita dois outros estudiosos, Pérez e Pozo, os quais afirmam que a expressão desenvolvimento sustentável converteu-se, afinal:

[...] num tipo de instrumento multiuso que colocou em contato ambientalistas e imobiliárias, empresários e conservacionistas, políticos e gestores, sem que pelo simples fato do uso comum do termo nada se tenha feito; muito pelo contrário, com a confusão gerada, quem mais ganhou têm sido os defensores do neoliberalismo, pois o termo desenvolvimento pode significar qualquer coisa dependendo de como se olhe e com que finalidades se empregue. Diante de uma dócil aparência de neutralidade semântica, podemos ver como seu uso polissêmico permite acepções diametralmente opostas” (GADOTTI, 2012, p. 47-48).

Entretendo-me, agora, um pouco com as palavras, no âmbito do DS é possível dizer, também, que se trata de um processo globalizador de *des-envolvimento*, para aquelas pessoas que sustentam a ideia do neoliberalismo como o modelo mais viável para o mundo... Para muitos, o único que deu e continua dando certo. Em mais palavras, o DS promoveria o *des-envolvimento* ao confundir, enganar e a deixar de *envolver* concretamente. Ao longo do tempo, desiludindo e desanimando as pessoas de boa fé que atuam em projetos ambientais locais, porque os desafios são enormes e demandam muito tempo, permanecendo para além de iniciativas pontuais. Os caminhos são árduos e o processo necessariamente coletivo – caminhante – fraterno, forjado com o espírito colaborativo e com as relações sociais que devem durar; ao contrário da ideologia neoliberal, engendrada no valor monetário, no culto ao consumo, no descartável, na superficialidade das relações pessoais, na supervalorização do indivíduo, na meritocracia, ou seja, na política de competição e premiação individual.

Mas, então, o que é sustentabilidade? – É tudo! Disse uma das coparticipantes da pesquisa, respondendo de um jeito simples, mas tão persuasivo, com os olhos brilhantes e uma expressão facial e corporal que fizeram a palavra tudo conter tudo mesmo: tudo de bom para si, para nós todas que estávamos numa pequena sala naquele momento e, também, para a humanidade e o Planeta.

A palavra sustentabilidade é, de fato, complexa, e se refere a um amplo conjunto de aspectos das dimensões ambiental, social, política, cultural e econômica, cujos pilares são indispensáveis à permanência ou durabilidade de alguma coisa, como por exemplo, a sustentabilidade de um dado local. Mais, ainda! Esses intrincados pilares de sustentação devem ser vistos juntos em suas relações, de maneira como a uma tão grande trama quanto entrelaçada é a própria teia gigante que sustenta a Vida no Planeta Terra. Não é possível separá-los.

A Sustentabilidade é, na melhor das hipóteses, em pleno século XXI, uma metáfora; um importante mosaico de conceitos que, por vezes, são quase incompreensíveis para nós, simples mortais, que vivemos à margem dos saberes de campos científicos, como o econômico, o filosófico, o sociológico e a psicologia social, cujos estudos podem ser tão aprofundados quanto complicados de entender.

Para Leonardo Boff (2012),

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução, e coevolução. (...) A sustentabilidade se mede pela capacidade de conservar o capital natural, permitir que se refaça e ainda, através do gênio humano, possa ser enriquecido para as futuras gerações (BOFF, 2012).

Já o texto a seguir não é de ninguém, ou melhor, é de autoria coletiva (de pessoas entre 20 e 50 anos) e não dá para dizer *segundo fulana/o de tal...* Conquanto o texto reúna aspectos da Sustentabilidade de uma forma simples, e foi elaborado com a técnica de bricolagem, construído substantivamente a partir das próprias expressões das pessoas coparticipantes da pesquisa, colhidas com a dinâmica da palavra. A mim, coube o papel de *costurá-lo*, tentando dar um sentido ao múltiplo. Para uma melhor compreensão do texto que segue é importante dizer que, para a dinâmica da palavra, foram utilizados outros cinco conceitos ligados ao de sustentabilidade: meio ambiente, saúde, cuidado, consumo e participação comunitária.

O que pode ser Sustentabilidade

É possível dizer que sustentabilidade é tudo vivendo em harmonia e em equilíbrio dinâmico que ofereça condições para uma vida feliz e com qualidade a todos os seres humanos, observando os direitos fundamentais, como para a alimentação, saúde, educação, trabalho e moradia. Faz referência ao mundo em que vivemos e às coisas necessárias para a nossa sobrevivência, e por isso é importante cuidar e preservar, sendo mais responsável pelo bem-estar e por uma vida mais saudável. Nesse sentido, a saúde é o bem maior; e o ato de zelar, próprio do humano, na atenção e preocupação para consigo mesmo e para com os outros. Saúde é algo que interliga tudo o que fazemos, sentimos e comemos, e quando alguma dessas vertentes vai mal, há falta de harmonia dos aspectos físicos, biológicos, psicológicos e sociais, comprometendo o bom funcionamento do organismo e o completo bem-estar do indivíduo.

Sustentabilidade é tudo e todos que nos cerca e implica a sustentação e o cuidado para com o local em que estamos e as coisas que estão ao nosso redor, o ambiente inteiro e tudo o que compõe o espaço físico e o território. Nesse caso, faz referência ao local onde todos os seres vivos habitam e retiram o seu alimento para a sobrevivência, que provê oxigênio, alimentação básica e qualidade de vida, quando

não há ações ruins humanas. Mas, tudo indica, não estamos cuidando devidamente de nosso Planeta, tornando exíguos os recursos naturais disponíveis no meio ambiente.

A sociedade atual é muito consumista, atendendo aos interesses do sistema capitalista. Consumo pode ser entendido como o uso de um bem, serviços e recursos, que deve suprir uma necessidade do indivíduo ou família. Como, por exemplo, o consumo útil (ou muitas vezes exagerado) de alimento, energia, água, roupas e eletrodomésticos. Consumir é preciso, mas apenas o necessário, pois sua falta (por exemplo, falta de acesso a recursos como água e luz) ou o excesso de consumo são prejudiciais. Neste sentido, o ato de consumir produtos e serviços precisa ser urgentemente revisto se quisermos mais tempo de VIDA para o planeta Terra.

O envolvimento das pessoas e o exercício coletivo podem ser mais interessantes e efetivos para enfrentar esse problema, uma vez que a participação comunitária é imprescindível para se alcançar a almejada sustentabilidade. A adesão e a participação das comunidades, assim como as sugestões e o engajamento das pessoas para o bem comum, podem fazer aquela diferença, onde as opiniões e as ações são solidárias.

É certo que o envolvimento das comunidades para o planejamento de ações e atividades voltadas à preservação do local, depende da vontade e da disponibilidade de cada indivíduo, também. E essa disposição ainda é mínima, infelizmente, mas isso vem mudando, pois é muito importante para quem participa e para o beneficiário, proporcionando bem-estar e suporte social e emocional. Faz bem para o indivíduo, para o coletivo e ao ambiente. E, talvez por isso mesmo, o exercício coletivo seja fundamental para que as ações se fortaleçam, floresçam e se multipliquem.

Sustentabilidade tem a ver, afinal, com o cuidado, num amplo sentido de entendimento da palavra. O cuidado é tão elementar quanto imprescindível, seja nas ações, na fala ou com outrem e com o meio ambiente, na doação de algo ou do tempo e atenção de alguém. O cuidado com a saúde – que não quer dizer ausência de doença – significa, acima de tudo, também observar, proteger e preservar o meio ambiente, na perspectiva da promoção das condições de vida humana, com boas condições ambientais, cujas preocupações e atenção favoreçam e resulte qualidade de vida e desenvolvimento integral para todos os seres vivos, humanos e não humanos, numa cultura do cuidado essencial para com a Vida na Terra (TEXTO COLETIVO).

No bojo das expressões Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável (DS), se encontram dois outros grandes e imbricados temas: os efeitos da globalização e o papel da mídia e dos meios de comunicação de massa.

Tal complexidade exigiu estudar mais a respeito do conceito de globalização, ou melhor, de planetarização, tal como optei por defendê-la. Porque, embora a realidade da globalização faça toda a diferença no modo de ser e do fazer humano, no modo de estar e de se relacionar, de pensar e, com distinção, no modo de fazer ciência, numa estrita interdependência das dimensões econômica, política, social, cultural, ambiental e espiritual, na verdade tem tudo a ver com as relações de poder estabelecidas entre os Estados e as Nações. E, muito lamentavelmente, no plano da atual economia globalizada, tem mais a ver com a manutenção do distanciamento entre os povos – ideia contrária a de aproximação – com um impedimento intencional de suas autonomias, de acordo com os interesses econômicos mundiais.

Atualmente, tenho observado que a expressão *global* já vem sendo substituída por *planetária*, nas narrativas de jornalistas, autoridades políticas progressistas e estudiosos, nas Redes TeleSur de TV e RT em espanhol, porque realmente podem significar coisas diferentes... Para mim, Gadotti (2012, p.30) fez uma distinção esclarecedora diante da profusão conceitual e confusão semântica, afirmando que se pode “distinguir uma globalização competitiva de uma possível globalização cooperativa e solidária que, em outros momentos, chamamos de processo de planetarização”. Segundo o autor,

[...] a noção de cidadania planetária (mundial) sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Ela se manifesta em diferentes expressões: “nossa humanidade comum”, “unidade na diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa pátria comum”. Cidadania planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamento que demonstram uma nova percepção da terra como uma única comunidade. Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da civilização planetária e da ecologia (GADOTTI, 2012, p. 30).

Ainda nessa perspectiva, não é possível deixar de lado a questão do poder da mídia, o *quarto poder*, e que atualmente compete, por assim dizer, com os outros três poderes instituídos em uma sociedade: os poderes legislativo, executivo e judiciário. Compete e muitas vezes ganha, em nível mundial, um poder velado, pautado por inescrupulosos interesses econômicos das mais variadas empresas e bancos. Nesse sentido, mais que discutir a importância dos meios de comunicação de massa à luz da *sustentabilidade para uma nova humanidade possível e um novo mundo provável*, é preciso perceber a muito longa *frente de batalha*, diante da qual nos encontramos, para fazer valer, de fato, o quinto poder (o do povo).

Uma *nova comunicação*, além de possível, se faz necessária e urgente, se quisermos seguir adiante, para sair coletivamente de uma crônica enfermidade provocada pelo vírus da *globalização da indiferença*, causada principalmente por espúrios monopólios econômicos que detêm o poder da comunicação de massa. Felizmente, já temos bons exemplos e está crescendo o interesse popular para ler, ver, ouvir e participar dessa *comunicação alternativa*, fazendo uso de novas mídias, inclusive. Mas ainda é pouco...

Só um quarto poder nas mãos do quinto poder, digamos assim, para frear a humanidade na avançada rota de colisão com a própria bestialidade. Para nos desalienar e nos reumanizar pouco a pouco, saindo dos pequenos e grandes discursos, deixando de lado as nossas zonas de conforto. Oxalá, com o passar do tempo, esses passos poderiam nos fazer reintegrar verdadeiramente como seres *irmãos e irmãs dos vivos* – humanos ou não – na natureza, sem mais precisar de campanhas de respeito à vida animal, por exemplo.

Não é mais possível que permaneçamos como reféns dos interesses corporativos dos monopólios de recepção, produção e difusão de informação. No Brasil, meia dúzia de *empresas* com veiculação nas principais mídias, como jornais, rádios e TV, detém esse poder, e, impreterivelmente, precisaríamos de instrumentos legais, tanto para o povo brasileiro poder fazer a crítica, quanto para pressionar democraticamente até mesmo os próprios veículos de comunicação, além das instâncias governamentais, para que cumpram com legitimidade e ética as suas funções.

É necessário destacar, ainda, que a regulamentação da mídia no país é um assunto mais que atual em um cenário muito complicado de interesses. Ela faria rever as concessões outorgadas a esses monopólios, e se espera, desde a constituição de 1988, os mecanismos próprios e novas leis regulatórias. Mas parece que andamos, mesmo, muito preguiçosos; ou ironicamente, que até seria mais simples ou mais rápido fazer uma *nova* constituição (como defendem algumas vozes do pensamento político), que mexer com espécies de vespeiros de marimbondos incrustados nas árvores do poder vigente.

Os conceitos de Saúde Ambiental e de Justiça Ambiental, enquanto direitos fundamentais estabelecidos na Constituição de 1988, também aparecem na narrativa monográfica sobre e para a sustentabilidade; além de aspectos da Biotecnologia e da Bioética, compreendidas juntas num único *campo maior*, num ensaio de contraponto ao fato de que a ciência especializada que veio primeiro (a biotecnologia), provoca (sozinha) grandes polêmicas e até comete *abusos* legais com experimentos, por exemplo, com os animais. A narrativa ainda alude às dimensões do tempo e da espiritualidade, no bojo dos braços para a Sustentabilidade,

e o adequado tratamento das questões ligadas à proposta de diálogos entre gerações. Todavia, seria exaustivo explorar todas essas dimensões aqui, neste artigo.

Finalmente, para o que *não* é sustentabilidade, a meu ver o artigo de Oded Grajew (2013) é suficientemente esclarecedor e exemplifica, de maneira simples, o que é (e o que não é) Sustentabilidade, fazendo, inteligentemente, referência a todos os seus pilares: ambiental, social, político, cultural, além do econômico:

A sustentabilidade e a insustentabilidade se tornam claras quando traduzidas em situações práticas. Esgotar recursos naturais não é sustentável. Reciclar e evitar desperdícios é sustentável. Corrupção é insustentável. Ética é sustentável. Violência é insustentável. Paz é sustentável. Desigualdade é insustentável. Justiça social é sustentável. Baixos indicadores educacionais são insustentáveis. Educação de qualidade para todos é sustentável. Ditadura e autoritarismo são insustentáveis. Democracia é sustentável. Trabalho escravo e desemprego são insustentáveis. Trabalho decente para todos é sustentável. Poluição é insustentável. Ar e águas limpos são sustentáveis. Encher as cidades de carros é insustentável. Transporte coletivo e de bicicletas é sustentável. Solidariedade é sustentável. Individualismo é insustentável. Cidade comandada pela especulação imobiliária é insustentável. Cidade planejada para que cada habitante tenha moradia digna, trabalho, serviços e equipamentos públicos por perto é sustentável. Sociedade que maltrata crianças, idosos e deficientes não é sustentável. Sociedade que cuida de todos é sustentável (GRAJEW, 2013).

5 - A Sustentabilidade à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Quero evidenciar a forma como os enunciados dos dezesseis princípios do Tratado de Educação Ambiental estão presentes na narrativa da pesquisa: propondo *dialogar* com os resultados, embora o próprio Tratado não devesse faltar, a meu ver, como referencial teórico nas pesquisas da EA crítica. Esse realce se deve tanto pela relevância de um *Tratado* planetário de EA, há cerca de vinte anos servindo de apoio a ações educativas, inspirando a criação de ONGs e redes de EA, quanto porque vem subsidiando políticas públicas municipais e estaduais, desde então. E, mais ainda, como referencial teórico especificamente para a faceta da intergeracionalidade, construído de modo participativo e coletivo ao longo de um ano de trabalho internacional, que contou com a participação de educadores de adultos, jovens e crianças de oito regiões do mundo, e foi publicado, inicialmente, em cinco idiomas. Portanto, um mais que oportuno exemplo de *produto* intergeracional.

Como fios condutores, os dezesseis princípios costuram toda a narrativa, procurando demonstrar, reforçar e/ou propor reflexão para os eixos da pesquisa, também no esforço para dar visibilidade ao conjunto de vozes do coletivo presente.

Esse importante documento é relativamente novo, a partir do Evento Rio/92, e propõe orientar as relações entre os povos para outro mundo possível. Seu conteúdo é amplo (um Tratado), ele é inter, multi e transdisciplinar, não obstante procure esmiuçar essa complexidade com os enunciados de seus princípios. Mas colocá-lo em prática não é lá uma tarefa simples e a ideia é contribuir para que isso seja feito.

6 - As estratégias teórico-metodológicas utilizadas e possíveis, ou os jeitos de fazer as coisas

Tudo junto ao mesmo tempo agora foi uma boa expressão para responder, inicialmente, como se realizou o trabalho. Até onde eu pude verificar, essa ideia vem dos saberes e fazeres da EA crítica na caneta de um estudioso, Mauro Guimarães (2008, p. 13). Mas permaneço com uma

dúvida quanto aos direitos de autoria para quem, realmente, tenha cunhado a expressão pela primeira vez, em qual situação e para se referir a que exatamente. O fato é que ela é popular. Tudo junto ao mesmo tempo agora: as interações dialógicas com o pessoal de uma Unidade de Saúde da Família (USF) e com a população, os encontros com o pessoal da Faculdade de Gerontologia, os momentos com a orientação, com as leituras, os conflitos e crises, algumas superações, celebrações, enfim. Assim, as estratégias metodológicas surgiram no contexto das interações, emergindo uma mistura muito proveitosa, num continuum circular de fazer – refletir – estudar – refletir – dialogar – refletir – fazer novamente, num ir e vir hermenêutico / dialético / dialógico, a partir das duas hipóteses: a) a de que a USF pesquisada pudesse vir a ser um lugar de interações dialógicas na perspectiva das comunidades aprendentes; e (b) que as USFs, de modo geral, como comunidades adormecidas, talvez, possam despertar verdadeiramente com a práxis, com os princípios das comunidades interpretativas e das comunidades aprendentes, contribuindo para as transformações socioambientais e uma nova ordem social mundial, com o passar do tempo.

Em linhas gerais, uma comunidade é aprendente quando sabe de sua importância e toma para si a responsabilidade pela condução de seu próprio destino, ao promover oportunidades para as mudanças de base que estimulem os setores populares da sociedade (BRANDÃO, 2005). Todavia essa dimensão não foi propriamente explicitada para todos os participantes, com todas as letras e relevância, creio que muito em função do tempo limitado ao desenvolvimento da pesquisa. Sem dúvida é preciso mais tempo para conseguir o envolvimento e o engajamento das pessoas, e para que uma comunidade aprendente tenha mais chances de *sobrevivência*, por assim dizer, depois do tempo da pesquisa. A variável *tempo* é inquestionável e, particularmente para o diálogo entre gerações e a coeducação para a sustentabilidade, tendo em vista a sua complexidade e o necessário sentido de permanência dessas comunidades aprendentes para que uma coletividade possa assumir e vivenciar conjuntamente esse desafio.

A Pesquisa–Ação–Participante (PAP) ou Pessoas que Aprendem Participando (do mesmo modo, PAP) serviu como *coluna vertebral* para o trabalho. A mim, fica praticamente impossível não a considerar se quisermos atuar com os princípios das “comunidades interpretativas” (AVANZI; MALAGODI, 2005, p. 95), para a lida com a dimensão educativa de uma comunidade aprendente. E para que essa comunidade, de fato, floresça e permaneça, como diz Brandão (2005, p. 90), como uma “unidade do aprender. (...) na gestão solidária e corresponsável de nossa casa comum, de nossa Oikos, que se estende do quintal de minha casa ao todo da Casa Terra onde todos vivemos”.

Numa adaptação feita à síntese desse conceito, elaborada por Orlando Fals Borda, em 1983 (encontrada em texto de Moema Viezzer, 2005, p. 277-294), a PAP pode ser assim descrita:

Trata-se de uma metodologia dentro de um processo vivencial, um processo que inclui simultaneamente educação de *pessoas de todas as idades*, pesquisa científica e ação social ou política, e no qual se consideram como fontes de conhecimento: a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática cotidiana. (Grifo meu)

Dentre as interações realizadas naquela USF, duas delas feitas com o Grupo de Idosos (mas não somente com idosos) podem ser bons exemplos para evidenciar a PAP, porque não só foram concebidas e planejadas pelos participantes, como nos momentos interativos atuaram como organizadores e copartícipes, envolvendo e valorizando a participação dos demais sujeitos (re)significando seus próprios conhecimentos e influenciando, conseqüentemente, a qualidade das interações. Todavia, eu entendo que todas as interações tiveram elementos da PAP, desde a vontade manifesta e a participação interessada, até o compartilhamento das tarefas e as trocas de saberes e fazeres.

Por sua vez, a revisão bibliográfica foi fundamental para compreender um pouco da complexidade contida nas palavras que localizam a pesquisa. Sobremaneira contribuiu ao

entendimento da sustentabilidade como resultado de um continuum dialógico inter e intrageracional, responsável por forjar novas comunidades que reflitam uma nova humanidade e um novo mundo possíveis; sustentabilidade, esta, abrigada por um tecido social plural e materializada nas variadas comunidades de viventes. Entretanto, me sinto na obrigação de dizer, também, que são conceitos de largo espectro e que ainda precisam e devem ser mais bem explorados nesse conjunto.

7 – Conclusões inconclusas, para seguir adiante talvez...

Seguindo com a arquitetura da EA crítica, capaz de revolucionar o modo de intervir significativamente com/na realidade, com o objetivo de criar outros modos de vida. Que gere a princípio, inclusive um conflito de expectativas, na medida em que *não* se apresenta prescritiva, simplesmente como um receituário de novos modelos comportamentais. Mas que provoque, acima de tudo, a abertura para o novo, com uma postura dialógica e propositiva, voltada ao acolhimento de quaisquer diferenças (incluindo a idade) e a partir da problematização da realidade.

Na (re)significação do diálogo, sem dúvida como elemento estruturante de novos modelos de comunidades aprendentes para a construção de sociedades sustentáveis, pautada por relações sociais, econômicas e culturais mais equilibradas, pela solidariedade planetária, pelo respeito aos direitos fundamentais de todos os seres vivos – humanos e não humanos – e pela intergeracionalidade, como um ingrediente muito especial.

As impressões obtidas nas interações dialógicas intra e entre gerações acenaram positivamente para isso. Contudo, permanece o desafio para o estabelecimento de um espírito coletivo, por assim dizer, onde seja prioritário o respeito para com os saberes (de antemão inquestionáveis) das pessoas *mais velhas* e para que o diálogo tenha maiores chances de emergir, para a reconstrução desses saberes, num local onde costumeiramente ficam evidentes – às vezes de forma gritante – as diferenças socioeconômicas e culturais. Naquela Unidade de Saúde da Família, por exemplo, ficaram explícitos dois grandes conjuntos de pessoas: as cuidadoras de jaleco branco, que sabem e entendem de tudo porque estudaram em faculdade para dar atenção aos doentes; e, por outro lado, o conjunto de *peessoas carentes* em múltiplos sentidos, que precisam de cuidados, os usuários da unidade de saúde oriundos das classes econômicas menos favorecidas.

Especificamente para as intervenções que envolvam a intergeracionalidade, soma-se à complexidade das diferenças socioeconômicas e culturais o enfrentamento dos aspectos socioculturais específicos, como preconceitos e estigmatizações atribuídos a cada uma das gerações, quaisquer que sejam elas: infância, adolescência, juventude, a geração adulta e a velhice, aspectos estes não necessariamente ligados a uma dada classe socioeconômica. É certo, também, que para a velhice há um agravamento típico das sociedades que supervalorizam as gerações jovens, como o Brasil, diferentemente de sociedades com menores índices de crescimento demográfico, por exemplo, onde é possível ver, de modo expressivo, a presença não só da população idosa nas ruas, quanto de pessoas inseridas no mercado de trabalho, que estão na faixa de idade madura (entre a fase adulta e a velhice), como algumas cidades europeias.

Para seguir adiante, talvez e ainda, com o exercício dialógico intergeracional e o firme propósito coeducativo, no sentido de ampliar e potencializar as ações educativas socioambientais. Praticado em espaços, como escolas, centros comunitários, salas de educação de jovens e adultos (EJA), agremiações de caráter religioso etc., procurando acolher as diferenças e não permitindo que a idade seja um empecilho ou estorvo. Pelo contrário, com

a valorização e a ressignificação da memória e da história oral, para o enraizamento dessas ações. Afinal,

[...] ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiência respeitosa da liberdade (FREIRE, 2002, p. 67).

Mas será preciso levar em conta, a dimensão do tempo, sempre! Porque só este *Senhor dos Universos* pode fazer alguma diferença (ao longo do tempo) na solução dos conflitos e no desenvolvimento da afetividade nesse processo (nas relações eu-tu e eu outro, qualquer outro ser vivo), implicando mais significadoras ações afetivas com o meio ambiente, em contraponto às relações utilitárias dos recursos naturais. E porque esse mesmo Senhor Tempo tem nos dado sinais de urgência, mesmo, para uma necessária transformação de base, ou seja, nas estruturas socioeconômicas das sociedades e não apenas nas suas bordas

Enfim, para seguir com a práxis no caminho que nos levará à Sustentabilidade, a alguma estabilidade e equilíbrio, com os princípios do cuidado, da precaução e da prevenção. Porque Sustentabilidade é *tudo*, afinal, como bem resumiu aquela participante. Construí uma definição mais simples, ao término da pesquisa, que deixo aqui, embora eu me sinta apenas uma coautora agradecida: *Sustentabilidade é tudo vivendo em harmonia e em equilíbrio, essenciais para uma vida feliz, com qualidade e na observância dos direitos fundamentais à Vida, e a tudo que seja necessário à permanência dos seres vivos, humanos ou não, na face da Terra.*

Isso porque, para todos copartícipes da pesquisa, ficou claro que a sustentabilidade não é tal ou qual coisa, pois da forma como vimos pensando e sentindo, trocando e refletindo essa troca, a Sustentabilidade estará sendo esse tudo... Sempre! Exigindo a percepção de que estamos, querendo ou não, inseridos em contextos problemáticos e desafiadores, numa arena de disputas que envolve os poderes da economia e da política, em cujos cenários somos ou nos tornamos agentes ou pacientes, a depender de como encaramos e reagimos às respectivas leituras (com seus vieses ideológicos) da crise civilizatória em que vivemos.

Os estudos de Hupffer (2012, p.118) corroboraram a potência de ação que pode emergir dos diálogos entre gerações:

[...] um diálogo solidário sobre o meio ambiente acontece quando deixou algo dentro do ser humano. Para (o filósofo) Gadamer, o diálogo com a tradição “possui uma força transformadora”. Só pelo diálogo a humanidade realiza o encontro eu-tu para construir aquela espécie de comunicação que poderá dar um sentido profundo ao princípio responsabilidade intergeracional, ou seja, em deixar um ambiente ecologicamente equilibrado e uma sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

A íntegra da narrativa da pesquisa está sendo revisada para publicação em forma de ensaio, em português e espanhol.

Referências

AVANZI, M. R.; MALAGODI, M. As Comunidades interpretativas. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA/Departamento de Educação Ambiental, 2005. p. 93-102.

BOFF, L. *Sustentabilidade: tentativa de definição*. 15/01/2012. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>>. Acesso em: 11/12/2016.

BRANDÃO, C. R. Comunidades aprendentes. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA/Departamento de Educação Ambiental, 2005. p. 83-91.

FERRIGNO, J. C. *Coeducação entre gerações*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: SESC, 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática Educativa*. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17338>. Acesso em: 11/12/2016.

GADOTTI, M. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. 2 ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012. (Série Unifreire, 2).

GRAJEW, O. *O que é (e o que não é) Sustentabilidade*. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/o-que-e-e-o-que-nao-e-sustentabilidade/#.Vx3-B_nhDIU>. Acesso em: 11/12/2016.

GUIMARÃES, M. (Org.). *Caminhos da Educação Ambiental. Da forma à ação*. 3 ed. Campinas: Papirus, 2008.

HUPFFER, H. M. Degradação ambiental e consciência da história efetual: contribuições de Hans-Georg Gadamer ao diálogo intergeracional. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 131, p. 109-119, abril, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13722/8989>. Acesso em: 11/12/2016.

JORNADA Internacional De Educação Ambiental. *Tratado De Educação Ambiental Para Sociedades Sustentáveis E Responsabilidade Global*. 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/trat_ea.pdf>. Acesso em: 11/12/2016.

OLIVEIRA, S. M. de. Sistematização das interações educativas das pessoas que aprendem participando (2007–2008). In DOMINGUEZ I. G. P.; KUNIEDA, E.; OLIVEIRA, S. M.; MARPICA, N. S.; SANTOS, S. A. M. dos; OLIVEIRA, H. T. (Orgs.). *Caderno 3 CESCAR – Projeto Viabilizando a Utopia (ViU) 2005–2011*. São Carlos: Futura, 2011. p. 105-107.

PAPA FRANCISCO, Carta Encíclica Laudato Sí. Disponível em: > <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 11/12/2016.

VIEZZER, M. L. Pesquisa-ação-participante (PAP). In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA/Departamento de Educação Ambiental, 2005. p. 277-294.

WHITAKER, D. C. A. *Envelhecimento e poder. A posição do idoso na contemporaneidade*. Campinas: Alínea, 2007.